

NOME DO SERVIDOR	Nº DA MATRÍCULA	CARGO (DENOMINAÇÃO ATUAL)	DENOMINAÇÃO DO CARGO, A PARTIR 1º DE ABRIL DE 2024 (VIGÊNCIA DA LEI Nº 3.372/2024)	JORNADA DE TRABALHO SEMANAL (CONFORME ART. 31 DA LEI Nº 3.372, DE 2024)	ENQUADRAMENTO (CONFORME ART. 24, ANEXOS I E II DA LEI Nº 3.372, DE 2024 - GRUPO/SUBGRUPO)	ENQUADRAMENTO (CONFORME ART. 24, CAPUT, ANEXO I DA LEI Nº 3.072, DE 2024 - NÍVEL/REFERÊNCIA)	SUBSÍDIO EM R\$ (CONFORME ART. 24, ANEXO I DA LEI Nº 3.372, DE 2024)	Nº DO PROCESSO DE REQUERIMENTO
HOZANA ERLACHER BARRERE RESENDE	022438-01	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	40H	GRUPO I: CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL	- L	1.979,51	7.631/2025

Protocolo 1577579

DECRETO Nº 130/2025

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN DE VIANA, AMPARADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 3.366 DE 08 DE JANEIRO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 60, inciso IV da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os princípios e diretrizes do Sistema e da Política de Segurança Alimentar e Nutricional;

CONSIDERANDO a legislação do Estado do Espírito Santo e do Município de Viana referente ao Sistema e a Política de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Seção I
Da Natureza

Art. 1º Fica regulamentada a Lei Municipal Nº 3.366, de 08 de janeiro de 2024, a qual institui a Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN de Viana, no âmbito do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos da administração pública municipal afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN e do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA.

Art. 2º A Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN é órgão colegiado, deliberativo, de caráter permanente, de articulação e integração intersetorial dos órgãos e das entidades da administração pública municipal relacionados às áreas de soberania e segurança alimentar e nutricional, sistemas alimentares e combate à fome, e sua estrutura administrativa ficará vinculada ao Gabinete do Prefeito - GP.

Parágrafo único. O município de Viana promoverá a articulação das ações relativas à política de cuidados e família e de inclusão socioeconômica por meio da Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, nas ações correlacionadas às diretrizes da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PMSAN.

Seção II
Da Competência

Art. 3º A CAISAN de Viana, além das competências constantes no inciso III, Art. 9º da Lei Municipal Nº 3.366/2024, terá as seguintes competências:

- I - coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante:
 - a) a interlocução permanente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Viana - COMSEAVI e com os órgãos executores das ações e dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN;
 - b) ao acompanhamento das propostas do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA, nas matérias relacionadas às suas competências; e
 - c) a interlocução permanente com câmaras e setores congêneres nos âmbitos federal, estaduais e municipais.
- II - monitorar e avaliar a destinação e a aplicação de recursos em ações e programas de interesse da segurança alimentar e nutricional no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e nas Leis Orçamentárias Anuais - LOA;
- III - monitorar e avaliar os resultados e impacto da implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PLAMSAN;
- IV - estimular e articular a intersetorialidade das ações na atuação integrada dos órgãos governamentais de todas as esferas e das entidades da sociedade civil comprometidas com o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável - DHAA;
- V - apresentar relatórios e informações ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Viana - COMSEAVI, observadas suas recomendações, necessárias ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PLAMSAN;
- VI - definir, em colaboração ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Viana - COMSEAVI, critérios e procedimentos alusivos à participação nos colegiados ligados ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN; e
- VII - elaborar e aprovar seu regimento interno, de acordo com as diretrizes de governança estabelecidas neste Decreto.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO

Seção I
Da Composição

Art. 4º Os titulares das seguintes Secretarias ou Órgãos Governamentais farão parte da Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN:

I - Secretaria Municipal Responsável pela política de Administração
 II - Secretaria Municipal Responsável pela política de Agricultura
 III - Secretaria Municipal Responsável pela política Trabalho e Assistência Social
 IV - Secretaria Municipal Responsável pela política Desenvolvimento Econômico e Turismo
 V - Secretaria Municipal Responsável pelo Meio Ambiente
 VI - Secretária Municipal Responsável pela Educação
 VII - Secretária Municipal Responsável pelo Esporte, Lazer e Juventude
 VIII - Secretaria Municipal Responsável pela Saúde

Parágrafo único. Os titulares da composição supracitada irão compor o Pleno da CAISAN, e deverão indicar suplentes, que os substituirão em suas ausências e impedimentos.

Seção II Dos Órgãos Da Caisan

Art. 5º A Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN será composta pela seguinte estrutura de governança:

I - pleno;
 II - presidência;
 III - secretaria executiva; e
 IV - comitês técnicos.

§ 1º O Presidente da CAISAN, será o titular Secretaria Municipal de Assistência Social com atribuições de articulação e integração.

§ 2º A Secretaria Executiva da CAISAN será exercida pelo órgão governamental que a preside, sendo seu Secretário-Executivo indicado pelo titular da pasta, e designado por ato do Chefe do Executivo municipal.

§ 3º Os Comitês Técnicos serão instituídos temporariamente com o objetivo de apoiar a execução das atividades da CAISAN, quando necessário, por portaria do Presidente, após deliberação do Pleno.

Seção III Das Reuniões

Art. 6º A CAISAN se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação de seu Presidente.

§ 1º O quórum de reunião da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º O quórum para aprovação do Regimento Interno, bem como eventuais alterações de seu texto é de maioria absoluta.

§ 3º Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o Presidente da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN terá o voto de qualidade.

§ 4º A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN poderá convidar especialistas e representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

Art. 7º A participação na Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 8º A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, para promover seu ato constitutivo, em reunião registrada em ata, na qual deverá ser iniciada a elaboração do Regimento Interno do colegiado, a ser aprovado, por maioria absoluta pelo Pleno, em reunião extraordinária convocada pelo Presidente, em até 30 (trinta) dias após a realização da reunião de constituição.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Seção I Do Compromisso de Elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Plamsan

Parágrafo único. O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PLAMSAN será quadrienal, podendo ser revisado em razão de propostas emanadas do Pleno ou dos Comitês Técnicos da CAISAN ou do COMSEAVI, bem como por advento de novéis legislações atinentes ao tema nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Seção II Das Disposições Transitórias

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 264, de 26 de novembro de 2024.

Viana - ES, 24 de junho de 2025.

WANDERSON BORGHARDT BUENO
 Prefeito Municipal de Viana
Protocolo 1577674

DECRETO Nº 131/2025

DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E OS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO, EM ORDEM CRONOLÓGICA, DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 60, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios para pagamento de obrigações contratuais com vistas a garantir o tratamento isonômico aos credores, a transparência pública e o fomento ao controle social;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, nos artigos 62 e 63, 64 e 65 da Lei Federal nº 4.320/1964 e na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 que estabelece os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios,